



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18279083000165

ATO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

Lei Ordinária nº. 460/2.021.

Considerando a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Projeto de Lei nº 461/2.021 em sessão ordinária de 26 de Novembro de 2021, de autoria do Poder Executivo;

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono o Projeto de Lei n. 461 e, em ato contínuo, promulgo a Lei Ordinária n. 460 de 29 de Novembro de 2.021.

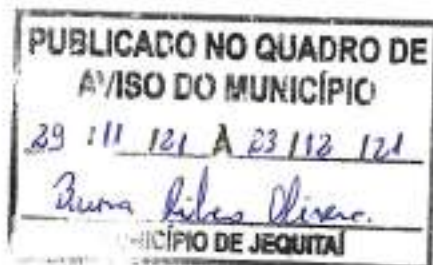
Registra-se, publique e cumpra-se.

Certifico e dou fé que a presente lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Jequitai na data de 29 de Novembro de 2021 para conhecimento público, conforme inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica do Município.

Jequitai/MG, 29 de Novembro de 2.021.


Eldimá Caldeira Benfica.

Prefeito Municipal.

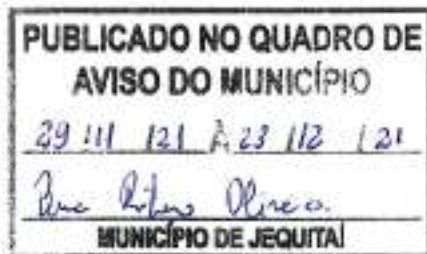




PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18279083000165

Lei Ordinária Nº 460/2021 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021.



"Dispõe sobre a adequação da Quadro Docente de Magistério da Educação Básica (QDMEB) ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica e dá outras providências Correlatas."

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Nenhum servidor integrante do Quadro de Docente do Magistério da Educação Básica [QDMEB], no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Jequitai/Mg, receberá remuneração inferior ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica.

Parágrafo Único: A aplicação do *caput* poderá retroagir até 01 de janeiro de 2021, desde que haja recursos orçamentário-financeiros e respeito ao limite de gasto com pessoal prescrito no art. 169 da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 19 da Lei Complementar 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

I – O Poder Executivo Municipal emitirá folha de pagamento complementar referente às competências anteriores a publicação desta lei, nos casos em que se aplica esta lei, obedecidas às limitações projetadas no dispositivo acima.

Art. 2º. Para fins de abrangência desta lei, considera-se integrante do Quadro do Magistério da Educação Básica os profissionais investidos em cargos público ou contratados temporariamente para o exercício de docência ou suporte pedagógico à docência no âmbito das unidades escolares municipais da educação básica em todas as modalidades e níveis educacionais compreendidos no Sistema Municipal de Ensino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18279083000165

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a corrigir anualmente a remuneração mínima do Profissional do Magistério Público da Educação Básica, adequando-a ao Piso Salarial Nacional do Magistério definido pelo MEC, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea "e" do inciso III do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único. O Poder Executivo editará, anualmente, Decreto dispondo do valor do Piso Salarial Nacional do Magistério Público da Educação Básica, para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento do piso salarial de forma retroativa aos anos anteriores à aprovação desta lei, desde que haja disposição financeira do município (alterado pela emenda substitutiva do legislativo).

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (acrescido por emenda legislativa).

Jequitai/MG, 29 de novembro de 2021.

Eldimá Caldeira Benfica
Prefeito Municipal

